

O Retorno dos Jesuítas ao Brasil e a Fundação do Colégio Antônio Vieira na Bahia

Edilece Souza Couto

Em 1910 foi proclamada a República em Portugal. Os republicanos proibiram o ensino religioso nas escolas públicas e expulsaram as ordens e congregações religiosas. Os jesuítas foram obrigados a fechar os colégios de Campolide e S. Fiel e fugir para a Espanha. O Pe. Luiz Gonzaga Cabral, provincial dos jesuítas portugueses, solicitou do governo brasileiro a autorização para instalar os religiosos no Brasil. O retorno da Companhia de Jesus ao país foi controverso, com manifestações contrárias, resquícios da expulsão no século XVIII, das críticas à evangelização jesuítica e da adesão de parte dos políticos brasileiros aos ideais republicanos. Por outro lado, existiam membros do governo e do clero defensores de que as afinidades lingüísticas e culturais seriam favoráveis ao apostolado, especialmente o educacional, dos padres portugueses. Os jesuítas foram acolhidos em Salvador por dom Jerônimo Tomé de Souza, arcebispo da Bahia e primaz do Brasil. Uma das primeiras providências dos religiosos foi a fundação do Colégio Antônio Vieira (1911). A proposta desse trabalho é discutir os principais elementos da expulsão dos jesuítas de Portugal e analisar a atuação dos religiosos no Brasil no campo educacional, a partir da fundação do novo colégio, e a reorganização da Província portuguesa dispersa. O recorte temporal adotado compreende os anos de 1910 a 1949, período em que o colégio esteve sob a direção dos jesuítas portugueses. Esse texto é parte de uma pesquisa maior para a publicação de um livro sobre o centenário do Colégio Antônio Vieira. Para compreender a importância dessa instituição de ensino para a sociedade baiana e para os religiosos, foi necessário analisar o contexto sócio-político das primeiras décadas do século XX com as proclamações das repúblicas no Brasil e em Portugal, as tentativas de separação entre a Igreja e o Estado, os processos de modernização e civilização dos costumes. A pesquisa se insere no campo da História Religiosa e está referendada nas obras de pesquisadores portugueses que se dedicam ao estudo das ordens e congregações religiosas, como Luís ABREU, Antônio ARAUJO e José Eduardo FRANCO. Sobre a Igreja católica no Brasil foram imprescindíveis as obras de Riolando AZZI e Oscar BEOZZO. Para o aprofundamento de questões relativas à Companhia de Jesus, nos cercamos das abordagens dos próprios jesuítas sobre a estrutura e o funcionamento da ordem (Ferdinand AZEVEDO, Carlos BRESCIANI e Sánchez de CUETO) e a pedagogia inaciana (Luís KLEIN). Foram utilizadas fontes do arquivo do Colégio Antônio Vieira: cartas, relatórios, sermões e conferências escritos pelos padres e diretores do colégio, decretos da Companhia de Jesus e fotografias, assim como obras literárias: memórias e crônicas de ex-alunos, jornais de Salvador e entrevistas com padres e ex-alunos. A pesquisa revela os dilemas dos jesuítas diante da expulsão de Portugal, os esforços para o retorno ao Brasil e as adaptações realizadas para garantir a permanência e a reorganização da Província.

Palavras-chave: Companhia de Jesus; República portuguesa; Século XX; Jesuítas no Brasil; Colégio Antônio Vieira na Bahia.

No final do século XIX a monarquia portuguesa dava sinais de esgotamento, especialmente a partir da criação do Partido Socialista, em 1875, e, no ano seguinte do primeiro partido republicano. Portugal era pouco industrializado. Portanto, possuía um número reduzido de empregados em fábricas e um campo pouco propício para a expansão das idéias socialistas. Os republicanos, por sua vez, ganharam adeptos e ascensão política, principalmente por atribuir ao regime monárquico a culpa pelo insuficiente desenvolvimento econômico do país e afirmar que a instalação da República seria o meio mais viável de mudar tal situação. Entre os adeptos do novo regime figuravam integrantes da pequena burguesia – universitários, professores, comerciantes, funcionários públicos, militares de baixas patentes.

A República era apontada como solução para os problemas econômicos e sociais que afetavam a vida do homem comum português. Com o crescimento da insatisfação popular, o rei dom Carlos, em maio de 1907, dissolveu o Parlamento e entregou o governo a João Franco, ministro do Reino. Este adotou ditatoriais impostas, como a censura à imprensa e o fechamento de jornais republicanos, a prisão de opositores e, finalmente, a adoção de lei que punia com o degredo para a África, dos acusados de sedição. Em 1º de fevereiro de 1910 alguns republicanos prepararam uma emboscada para dom Carlos, que regressava a Lisboa, vindo de Vila Viçosa, e o assassinaram a tiros, juntamente com o príncipe herdeiro, dom Luiz Felipe. João Franco, aconselhado a se retirar do país, entregou o governo ao filho, aclamado com o nome de dom Manuel II. O movimento revolucionário eclodiu em 3 de outubro, e dois dias após, os republicanos proclamaram a República.

O Estado Português e as Ordens Religiosas: da Colaboração Mútua à Hostilidade

Após a instalação da República, os novos governantes tomaram medidas imediatas, entre elas estava a proibição do ensino religioso nas escolas primárias e a expulsão das ordens e congregações religiosas de Portugal e dos seus domínios. Segundo José Eduardo Franco (ABREU; FRANCO, 2010, p. 135), as instituições religiosas e o governo português tiveram, na longa duração, uma relação de amor e ódio, ora prevalecendo a cooperação, ora a hostilidade. No medievo, as ordens colaboraram na fundação e estruturação do Reino de Portugal. D. Afonso Henrique tratava da organização política e os monges forneciam quadros especializados na assessoria do governo real, promoviam a evangelização, o povoamento e a exploração agrícola nas terras conquistadas e a construção de uma identidade portuguesa. Foram ainda as ordens militares que reforçaram as tropas destinadas à reconquista cristã. Os cavaleiros de Cristo, não satisfeitos com a retomada dos territórios da península ibérica sob o poder dos muçulmanos, atravessaram o estreito de Gibraltar e ocuparam o norte da África. No período moderno, enquanto a coroa portuguesa empreendia as viagens marítimas e a consolidava o império português no Oriente, na África e no Brasil, os missionários cuidavam da transmissão da fé e dos valores cristãos e da edificação social e cultural de colonos e dos povos conquistados.

É preciso destacar que um movimento contrário, de crítica e perseguição, às ordens e congregações religiosas se constituiu ainda no período monárquico, propondo formas de controle e intervenção no funcionamento dessas instituições. No século XVIII, os reis, imbuídos do ideário iluminista e de concentração de poder em suas mãos, passam a ser hostis em relação ao caráter internacionalista das ordens, sobretudo, da Companhia de Jesus. A hostilidade ficou mais evidente no reinado de D. José I, por

intermédio do seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, O futuro Marquês de Pombal tinha uma política de combate ao poder e influência dos religiosos nas esferas sociais e de governo. Para isso, reformou as estruturas administrativas de algumas ordens, extinguiu e expulsou outras. Havia uma forte propaganda antijesuítica, que chegou ao auge em 3 de setembro de 1759 com a expulsão da Companhia de Jesus dos territórios portugueses. A pressão política chegou ao papado com a extinção da ordem em 1773.

No século XIX, o liberalismo, contrário ao modelo social do Antigo Regime, na defesa da livre iniciativa, da propriedade individual e do individualismo, não podia absorver os valores de vida comunitária e os votos de pobreza, castidade e obediência das ordens religiosas. Em 1834, nesse contexto de propaganda antimonástica, o ministro Joaquim Antônio de Aguiar publicou a legislação que extinguiu as ordens religiosas em Portugal. Estava proibido o noviciado, o que impedia a renovação das comunidades monásticas, e os conventos, mosteiros e suas propriedades foram nacionalizadas ou vendidas pelo Estado. No entanto, a partir de 1850, não houve revogação da lei, mas tolerância e regresso de algumas ordens.

No alvorecer do século XX, ainda havia desconfiança em relação às ordens religiosas. Em 1901, um decreto do ministro Hintze Ribeiro estabelecia que ordens e congregações seriam legais apenas se fossem destinadas à educação, à assistência e ao trabalho missionário e que se tornassem associações reconhecidas pela legislação civil do Estado. Para garantir a legalidade, os jesuítas tomaram o nome de Associação Fé e Pátria. Porém, essa mudança não foi suficiente. Com a chegada dos republicanos ao poder, os consagrados foram mais uma vez expulsos de Portugal, em 8 de outubro de 1910.

A Expulsão dos Jesuítas de Portugal

Em 1910, a Província portuguesa da Companhia de Jesus contava com 359 membros (147 padres, 100 escolásticos e 112 irmãos). Os jesuítas expulsos e expropriados das suas terras, casas e coleções científicas, foram obrigados a fechar os colégios de Campolide e São Fiel e fugir para a Espanha. O Pe. Luiz Gonzaga Cabral, Provincial dos jesuítas portugueses, de forma incisiva, expressou, por meio de uma carta escrita em 8 de outubro, o sentimento de revolta, indignação e tristeza dos religiosos. O texto foi publicado sob a forma de panfleto, com o título *Ao meu país*:

Em pleno século da liberdade, homens que apregoam espírito liberal, e em nome de princípios igualitários, expulsaram, num momento, do território português, a trezentos e tantos portugueses, espalhados por cerca de 20 casas, no Continente e nas possessões ultramarinas da África, Ásia e Oceania; sem lhes provar um único crime ou delito, sem lhes permitir uma palavra de defesa, sem lhes dar tempo para reunir a roupa, os livros, os escritos, fruto querido do trabalho de muitos anos numa vida de estudo indefesso.

Em nome da liberdade arrebataam-se tudo, despojam-nos de tudo. Apoderam-se de nossas propriedades e das nossas camas, umas longamente construídas com as sobras das pensões dos nossos alunos, à força de rigorosa administração e desinteressada economia, outras adquiridas, por particulares, com sua própria legítima, averbadas, legalmente, em seus nomes individuais. Apropriaram-se dos edifícios e das terras, também do recheio das nossas casas, nas quais havia coleções científicas de primeira ordem, como os museus, gabinetes e laboratórios existentes nos Colégios de Campolide e S. Fiel e onde, durante mais de 50 anos, o subsídio mensal dos nossos alunos, a generosidade de amigos inspirada pela sua dedicação e apreço pessoal para conosco, e o trabalho inteligente amorável e desinteressado dos Padres e

Irmãos haviam conseguido reunir um material de estudo que por todos estes títulos era nosso e só nosso (CABRAL apud AZEVEDO, F., 1986, p. 2-3).

Com essas palavras o Pe. Cabral denuncia o procedimento dos partidários do novo regime como uma afronta a Companhia de Jesus. O Provincial seria preso, porém os amigos dos jesuítas providenciaram a sua fuga junto com o Pe. Gomes Pereira, de trem, para Madrid. Antes disso, permanecerem escondidos, durante três dias, em lugares diversos de Lisboa. O Pe. Cabral narrou a aventura de partir no comboio do Rocio, disfarçado de vendedor de máquinas de escrever, carregando apenas duas malas, a se identificando como Mr. Robert e a falando francês.

Da capital espanhola, o jesuíta mantinha contato com amigos, aos quais escrevia acobertado pelo pseudônimo de Tio Roberto. Esse episódio revela que os jesuítas portugueses foram forçados a buscar, em outros países, o acolhimento que lhes garantisse a integridade física e a continuidade de ação da ordem religiosa.

O retorno dos jesuítas ao Brasil

O Pe. Cabral solicitou do governo brasileiro a autorização para instalar os religiosos no Brasil. O retorno da Companhia de Jesus ao país foi controverso, com manifestações de repulsa, resquícios da expulsão no século XVIII, das críticas à evangelização jesuítica e da adesão de parte dos políticos brasileiros aos ideais republicanos. Porém, existiam membros do governo e do clero defensores de que as afinidades lingüísticas e culturais seriam favoráveis ao apostolado, especialmente o educacional, dos padres portugueses.

O presidente do Brasil, Nilo Peçanha, foi pressionado pelos republicanos portugueses e políticos brasileiros partidários do novo regime em Portugal para que não exilasse os jesuítas. Enquanto os jesuítas Bento José Rodrigues e Antônio Freitas da Silva Coutinho viajavam de navio em direção ao Brasil, as negociações foram intensas entre o governo e os defensores dos padres. Um decreto de 18 de outubro proibiu o desembarque dos religiosos em portos brasileiros. O navio que trazia os dois padres aportou na baía de Guanabara, mas eles receberam da polícia a informação de que não podiam desembarcar. Depois de um dia de espera, eles já se preparavam para seguir em direção a Argentina quando o desembarque no Rio de Janeiro foi autorizado, pois o decreto foi revogado pelo Supremo Tribunal Federal. Os dois exilados foram acolhidos pelos jesuítas da Província Romana.

Enquanto isso, tramitava no Supremo Tribunal Federal um pedido de *habeas corpus*, em favor dos jesuítas portugueses, impetrado pelos deputados José Valois de Castro e Pedro Moacyr. A decisão favorável aos religiosos foi colocada em vigor em 12 de novembro. Na Câmara, o deputado Pedro Moacyr apresentou uma moção em favor dos jesuítas e teve o apoio do cardeal do Rio de Janeiro, dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, e do arcebispo de Cuiabá - Mato Grosso, dom Carlos Luiz d'Amour.

Passado o momento crítico dessa primeira tentativa de exílio no Brasil, o Pe. Cabral e o seu Sócio, Pe. Antônio Menezes, decidiram reorganizar a Província portuguesa, então dispersa, no Brasil e que o Pe. Menezes seria o Provincial. Este viajaria em companhia de cinco padres jesuítas: José Celestino Balezeiro, Guilherme Villas-boas, Júlio do Rosário, João Arraiano e Alexandre Castello. Do Rio de Janeiro, os religiosos receberam notícias do Pe. Luís Rossi, da Missão Romana, que estava dando os Exercícios Espirituais em Salvador - Bahia. Foram informados de que o arcebispo da

Bahia e primaz do Brasil, dom Jerônimo Tomé da Silva, tinha interesse em acolher os jesuítas e oferecia a casa e a igreja de Santo Antônio da Barra para a instalação dos padres. Desejava, ainda, que os padres implantassem um colégio, em local e prédio a serem definidos.

Dessa forma, o Pe. Menezes enviou à Bahia o Pe. Celestino Balazeiro e os irmãos Joaquim Dias e Joaquim de Fonseca para providenciarem a instalação. Obtiveram do Governador João Ferreira de Araújo Pinho e de dom Jerônimo Tomé da Silva o consentimento para a vinda e permanência dos religiosos e a permissão para o estabelecimento de um colégio na capital baiana.

Uma interessante coincidência marcou o regresso dos jesuítas ao Brasil e a Bahia. O principal responsável pela integração dos religiosos à sociedade baiana foi o Pe. Alexandre de Azeredo Coutinho Cardoso Castello, anteriormente citado como Pe. Alexandre Castello, bisneto do Marquês de Pombal, que os expulsara, em 1759, de Portugal e do Brasil e fechara o primeiro colégio dos jesuítas em território brasileiro, o Colégio dos Meninos de Jesus, fundado pelo Pe. Manoel da Nóbrega em Salvador. Caberia ao Pe. Castello, em 1911, ser o primeiro diretor do novo colégio, fundado na mesma cidade.

Assim, no mês de janeiro de 1911, em Salvador, foi instalada a Residência de Santo Antônio da Barra, ao lado da igreja com este mesmo nome, situada sobre uma pequena elevação, quase ao final da ladeira da Barra. Em carta escrita em 15 de junho de 1913 e dirigida ao reitor dos jesuítas em Alseberg - Bruxelas, Pe. Castello fez a seguinte descrição da chegada a nova morada:

À nossa direita, num outeiro de grande beleza, destacava-se a que ia ser nossa igreja e residência, e dentre o arvoredo que a cerca, vimos subir grande número de foguetes e ouvimos estalar muitos morteiros, enquanto o posto semafórico que ali se acha, arvorava o sinal de *bem vindos*. Era a surpresa preparada pelo bom Pe. Rossi e pelos Irmãos, e também por vários irmãos maristas que ali nos tinham ido esperar. A bordo foi buscar-nos o Pe. Balazeiro como seu irmão Joaquim Lopes Brandão, a quem devemos muita amizade. Fomos para terra na lancha a vapor do Guarda-Mor da Alfândega e dirigimo-nos imediatamente ao Palácio do Sr. Arcebispo que nos recebeu com muita alegria, nos deu logo todas as licenças e nos encarregou de começarmos, se fosse possível, logo no dia seguinte, os Exercícios Espirituais a três comunidades religiosas (CASTELLO apud AZEVEDO, 1986, p. 162).

Os jesuítas foram acolhidos em Salvador por dom Jerônimo Tomé de Souza. O arcebispo desejava melhorar o ensino primário na capital e orgulhava-se de haver ajudado na instalação de outras ordens religiosas e de dois colégios católicos, dirigidos por padres, em Salvador. Em 1900 foi criado o Liceu Salesiano. E, em 1905, os maristas fundaram a Escola São Pedro, que recebeu esse nome porque funcionava nas dependências da Irmandade de São Pedro dos Clérigos. Mudaram-se para o Corredor da Vitória e a escola passou a se chamar Colégio Nossa Senhora da Vitória e, posteriormente, para o bairro do Canela, onde passou a ser conhecido por Colégio Marista. O terceiro colégio religioso numa cidade de mais de duzentos mil habitantes não era visto como inviável ou acirrada concorrência, e sim, como símbolo dos avanços educacionais na capital. Para os jesuítas, o colégio serviria para manter a coesão do grupo e reorganizar a Província portuguesa dispersa.

Entretanto, apesar dos esforços de dom Jerônimo Tomé de Souza, o retorno dos jesuítas a Bahia não se deu de modo tranquilo. Dois organismos, com forte atuação e influência na capital baiana, demonstraram apoio ao novo governo português: o Grêmio Republicano Português e a Liga Anticlerical. Elogiaram o Presidente Nilo Peçanha no

momento do decreto de proibição da entrada dos jesuítas no Brasil. Concordavam com os membros desses dois órgãos alguns acadêmicos da Faculdade de Medicina e da Escola de Direito da Bahia.

Profissionais da imprensa baiana, por intermédio dos jornais *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *Gazeta do Povo*, *A Bahia* e *Diário da Tarde*, passaram a veicular notícias e matérias contrárias ao retorno dos jesuítas. Havia a defesa da separação entre a Igreja e o Estado. Foi publicado no primeiro desses jornais, em edição de 11 de fevereiro de 1911, um longo editorial sob o título “Os Jesuítas na Bahia”, opondo-se a sua vinda para o Estado, mesmo quando os religiosos já estavam instalados na residência de Santo Antônio da Barra. O editorial era ofensivo. Afirmava que os religiosos eram mais “fidalgos que aqui vieram fazer uma viagem de recreio, do que expulsos da pátria por pecados que, certamente, por nós não foram cometidos”. Considerava a acolhida aos padres “uma regalia”, com base na qual, estaria a Constituição do País a proteger “tantos quantos quisessem refugiar-se no tão decantado quanto hospitaleiro Brasil”. Quanto à fundação de um colégio, o autor, não identificado, de forma irônica, se referiu ao hábito eclesiástico dos jesuítas ao dizer que a batina não deveria ser “[...] um premunitivo contra os feios pecados que levaram Portugal, desde os tempos monárquicos, a combater os ádvenas que aqui pretendem ser educadores!” Afirmou, ainda, que “Desde a monarquia que já se havia levantado a questão da idoneidade moral dos jesuítas para o ensino!”. Segundo o jornal, as graves faltas cometidas pelos jesuítas em Portugal conquistaram a raiva do povo, tanto de monarquistas quanto republicanos, e lançou a seguinte pergunta ao leitor baiano:

Acusados de falhas gravíssimas que determinaram a sua expatriação do belo torrão natal, poderão legal e escrupulosamente ser armados de prerrogativas pelo governo brasileiro, sem que a qualquer concessão a eles feita, procedam as precisas investigações sobre seus precedentes solicitados ao Governo de Portugal pelos meios que a diplomacia sugere? (OS JESUITAS..., 1911, p. 1).

Thales de Azevedo, no entanto, acreditava que a rejeição ao retorno dos jesuítas existia mais em função da concorrência entre as escolas do que de um posicionamento de caráter ideológico:

[...] a campanha contra os padres chegados à Bahia é uma extensão das medidas lisboetas e visa criar dificuldades à integração dos banidos ao novo-meio, temendo sua concorrência à rede escolar regional (AZEVEDO, T., 1991, p.85).

O Colégio Antônio Vieira

Apesar das reações negativas, os jesuítas contaram com importantes apoios e, em 15 de março de 1911, foi fundado o Colégio Antônio Vieira, num casarão localizado à Rua do Sodré, n.º 43, no centro da cidade. No mesmo local antes funcionara o Colégio Florêncio, pertencente ao Professor Raimundo Bizarria. A casa era conhecida dos baianos, pois nela morou o poeta Castro Alves, que ali faleceu, a 6 de julho de 1871. Teve inicialmente sete alunos. O colégio dos jesuítas teve inicialmente sete alunos.

Rapidamente cresceu o número de estudantes e, em 1912, a sede do Colégio Antônio Vieira foi transferida para um prédio maior nos Coqueiros da Piedade, próximo a igreja dos capuchinhos, na Piedade. Nessa época era diretor o Pe. Manuel Rebimbas, professor de matemática e religião e colaborador da revista luso-brasileira *Brotéria*. Foi durante a sua gestão que o colégio passou a funcionar também em sistema de internato.

Vale registrar os comentários do Pe. Sánchez de Cueto, jesuíta espanhol que chegou ao Brasil em 1954, em entrevista concedida a pesquisadora Stela Borges de Almeida, em julho de 1994. Assim o Pe. Sánchez, como é conhecido na comunidade jesuítica, se referiu ao colégio:

A parte da frente era um sobrado português bonito, onde acrescentaram algumas coisas. Então, ali funcionou o colégio, já com internos, muito poucos, e também os chamados semi-internos, que ficavam de manhã, almoçavam no colégio, estudavam de tarde, numa espécie de banca, e depois voltavam para casa. E nesse regime continuamos até o ano de 1931 (ALMEIDA, 2002, p. 34).

E quanto aos seus primeiros professores, informou o Pe. Sanchez:

No início havia, mais ou menos, 30 padres que eram professores. Depois, alguns foram morrendo e não chegaram novos. Não estávamos preparados para a missão de professores. Quando eu cheguei aqui, os jesuítas que eram professores, eram em número 16. Agora, somos pouquíssimos (ALMEIDA, 2002, p. 37).

Informou ainda que nos primeiros tempos do Colégio

[...] havia um grupo de professores que lecionava no primário, Irmão Cardoso, Irmão Castanho – esse era o Irmão Costa, mas por causa da cabeça, chamavam Irmão Castanho. Lembro que cinco ou seis irmãos tinham feito o curso de magistério, aquele curso antigo. Eram professores de primeiras letras, primeiras noções; foi o ensino que marcou as suas vidas. Era aquele um ensino em que se aprendia o traquejo de sala de aula, as primeiras noções. Eles foram morrendo, e nenhum outro irmão teve a vocação para professor ou educador no sentido essencial da palavra (ALMEIDA, 2002, p. 36-7).

Em 10 de maio de 1916 passou a funcionar no colégio a Congregação da Imaculada Conceição e São José, sob a orientação do Pe. Antônio Maria Alves, seu primeiro diretor. No início eram sete congregados. O Pe. Cabral, quando da sua chegada a Bahia, em 1917, a batizou com o nome de Congregação Mariana Acadêmica e, no mesmo ano, passou a dirigi-la. A Congregação foi criada com o objetivo de reunir jovens das escolas superiores da Bahia em torno dos ideais cristãos e teve um papel significativo na sociedade baiana nas décadas de 20 e 30, pois agregava segmentos de destaque na vida política, econômica e religiosa da cidade, como Thales de Azevedo, Augusto Alexandre Machado, Alfredo Magalhães, Herbert Fortes, Anísio Teixeira, o seu irmão, Nelson Spínola Teixeira, e Gilberto Sequeira Lima.

Outra realização importante dos jesuítas, na tentativa de reunir os acadêmicos baianos e dar-lhes boas condições para a formação intelectual e humana, foi a instalação do Pensionato Mariano Acadêmico, por iniciativa do Pe. Cabral, num sobrado, de muitos cômodos e salas, situado na esquina do Campo da Pólvora com a rua do Tingui. O objetivo era receber, na condição de internos, alunos que vinham de diversas cidades do interior da Bahia e também de outros estados para estudar em Salvador (SILVEIRA, 1980). Esse pensionato foi substituído, em 1939, por outro localizado no Corredor da Vitória, cujos trabalhos eram coordenados pelo Pe. Camille Torrend, jesuíta francês e botânico. Os alunos recebiam aulas de preparação para a entrada nas escolas superiores, de educação física, além de palestras sobre diversos temas das áreas de saúde, educação, psicologia, política e religião. Os Exercícios Espirituais também faziam parte das atividades dos pensionistas.

Em 1930, quando era diretor do Colégio Antônio Vieira o Pe. Luiz Gonzaga Cabral, teve início a construção de um prédio para abrigar as atividades educacionais dos jesuítas. O terreno comprado estava localizado na Fazenda Garcia, área posteriormente denominada bairro do Garcia, onde o colégio permanece em

funcionamento até nossos dias. O Pe. Cabral teve como sucessor, em 1933, o Pe. Manoel dos Santos, jesuíta português nascido no Porto, que dirigiu o colégio até 1935. Na sua gestão, houve a inauguração da nova sede, em 1933.

A Pedagogia Inaciana e as Memórias dos Vieirenses

Os jesuítas consideram que a educação das escolas seculares prima pela formação acadêmica e intelectual. Nos colégios da Companhia de Jesus, os alunos devm receber os conteúdos das disciplinas acadêmicas, mas há forte preocupação dos religiosos/professores com o desenvolvimento de atitudes cristãs.

A base da educação inaciana é a *Ratio Studiorum*, modelo de organização dos estudos, elaborado por Inácio de Loyola, em 1599, para orientar os jesuítas. Com a criação dos colégios e as transformações da própria Companhia de Jesus, tornou-se necessário atualizar a *Ratio*, tarefa árdua e nem sempre produtiva. Em 1906, a 25ª Congregação Geral desistiu de ter um documento universal e recomendou a elaboração de planos de estudos regionais que regulamentassem as escolas secundárias de acordo com suas necessidades, sem perder de vista os princípios inacianos (KLEIN, 1997, p. 34-44).

Em 1934, época em que o Colégio Antônio Vieira era um dos principais estabelecimentos de ensino de Salvador e há um ano funcionava na sua sede atual, foi formulado pelos jesuítas norte-americanos um documento, publicado pela Companhia de Jesus com o título *Instrução*, que visava recuperar o valor pedagógico e evangelizador dos colégios da Companhia de Jesus, reforçava os valores jesuíticos da *Ratio*, porém acrescentava os princípios dos modernos métodos pedagógicos. Dessa forma, o documento dava uma nova direção educativa aos colégios da ordem e assegurava o seu lugar entre as instituições educacionais de excelência.

Assim, a educação inaciana está pautada em dois elementos essenciais: a excelência, com a busca constante de métodos eficazes, e a *inacianidade*, marca identificadora do carisma, da experiência e herança da espiritualidade de Inácio de Loyola. Além da capacitação nos estudos, o aluno deve ser capaz de realizar a interligação entre *experiência*, *reflexão* e *ação*, a tríade a qual estão vinculados o *contexto* e a *avaliação*. A educação deve partir da vivência do educando, incentivando-o a refletir sobre os conteúdos e toda experiência que tiver. Para alcançar o discernimento, recomenda-se a prática dos Exercícios Espirituais. O ideal é, a partir dessa base, construir um contexto de solidariedade, bom convívio com seu grupo e propagação da fé, justiça e paz. Por último, é preciso avaliar a eficácia dos métodos, metas, programas e serviços prestados e buscar a solução dos problemas a fim de atingir uma formação intelectual, moral e emotiva com eficiência.

Importantes expoentes da cultura baiana e brasileira, que se destacaram em vários setores de atividade, foram alunos do colégio dos jesuítas na fase em que os portugueses estavam na direção das atividades educacionais. Dentre eles, vale registrar os nomes de Thales de Azevedo, um dos mais importantes antropólogos do Brasil; Hermes Lima, jurista, político e ensaísta, que chegou a ocupar o cargo de Primeiro Ministro, em 1962, no curto período de vigência do sistema parlamentarista; Anísio Teixeira, um dos maiores educadores brasileiros; Jorge Amado, o mais conhecido romancista baiano; Hélio Simões, poeta e professor universitário com grande atuação tanto no país como em Portugal. Também no campo literário, alcançou grandes êxitos Herberto de Azevedo Sales.

Três ex-alunos do Colégio Antônio Vieira registraram em livros suas memórias do tempo de estudante vieirense, seja na condição de aluno interno ou externo: Hermes Lima, Thales de Azevedo e Jorge Amado. São descrições do prédio, e importantes relatos do cotidiano do pensionato e do colégio e da convivência entre professores e colegas.

Hermes Lima descreveu o colégio dos Coqueiros da Piedade como uma residência espaçosa, de excelentes instalações. Registrou os nomes de alguns dos seus professores e as disciplinas que lecionavam. Falou do “padre Fragoso, professor de Português”, do “padre Ferreira” de quem disse ser “orador caudaloso, pregador da Semana Santa,” que ensinava “Corografia do Brasil”. Alguns padres foram considerados sábios, como “o padre Zimmermann, matemático consagrado”, e o Pe. Bernardes, que ensinava História. Destacou, ainda os nomes do Pe. Cabral e do Pe. Camille Torrend, considerando-os as duas maiores figuras do seu corpo docente. Hermes Lima concluiu suas memórias do colégio com palavras de gratidão pela formação recebida:

Nem todos passarão impunemente por uma oficina jesuíta de educação. Devo carregar em mim alguma coisa da longa vivência do internato. Estou certo que a oficina jesuíta não piorou os meus defeitos. Pelo contrário. Até hoje guardo o hábito do exame de consciência, espécie de psicanálise pessoal, bom exemplo para o treinamento da responsabilidade. As amizades do colégio subsistem. Como em todo internato que se preza, tivemos um jornal manuscrito numa folha de papel almaço e que traía suas origens sertanejas pelo título: *O Facão*. Joaquim Góes escrevia os artigos de fundo. Mostrou com lógica de ferro que a campanha submarina da Alemanha era uma indignidade. Espalhados pelas profissões e pelo país, quando nos encontramos, mesmo após anos de silenciosa separação, a gente se reconhece como se o encontro fosse sempre esperado e desejado. A recordação do colégio é feliz, o laço do Antônio Vieira prende afetuosamente (LIMA, 1974, p.12).

Thales de Azevedo (1986, p. 9) demonstrou grande apreço pelo Pe. Luiz Gonzaga Cabral, Segundo ele, o Pe. Cabral era o “exemplo de laboriosidade e constância que deu à mocidade de então, sem mostrar cansaço ou enfado, sem impacientar-se, sempre metódico e organizado, como se comprova na série de cadernos em que fazia o resumo dos seus sermões”.

Tudo leva a crer que o Pe. Cabral era admirado por muitos de seus alunos e alguns foram influenciados pela sua dedicação à literatura. Jorge Amado afirmou que sua vocação literária foi despertada nas aulas desse jesuíta. Em seu livro de memórias, intitulado *O menino grapiúna*, Amado relembrou os dois anos em que viveu como aluno interno, no Colégio Antônio Vieira. Afirmou, logo no início do texto, que seu mestre era um “aplaudido orador sacro, o padre Luiz Gonzaga Cabral era a grande estrela do colégio”, e que “a sociedade baiana vinha em peso ouvir seu sermão dominical”. Contou, a seguir, que o mesmo era seu professor de português. Em um determinado dia, em sala de aula, o mestre deu como atividade a escrita de um texto sobre o mar. O menino Jorge, em vez de tratar, como a maior parte dos seus colegas, dos “mares nunca dantes navegados” de Camões, preferiu escrever sobre o mar de Ilhéus, cidade da região cacauífera onde morou e da qual sentia saudade. Para o leitor saber os resultados dessa aula, o deixo com as palavras de Jorge Amado:

Padre Cabral levava os deveres para corrigir em sua cela. Na aula seguinte, entre risonho e solene, anunciou a existência de uma vocação autêntica de escritor naquela sala de aula. Pediu que escutassem com atenção o dever que ia ler. Tinha certeza, afirmou, que o autor daquela página seria no futuro um

escritor conhecido. Não regateou elogios. Eu acabara de completar onze anos (AMADO, 1982, p. 127-8).

Jorge Amado concluiu seus comentários afirmando que, a partir de então, passou ele a ser “uma personalidade, segundo os cânones do colégio, ao lado dos futebolistas, dos campeões de matemática e de religião, dos que obtinham medalhas”; e que, em razão da distinção que lhe fora feita pelo padre Cabral, foi “admitido numa espécie de Círculo Literário onde brilhavam alunos mais velhos”.

O Colégio Antônio Vieira foi importante para o desenvolvimento do apostolado educacional dos jesuítas na Bahia e, como nos revelam as memórias de seus ex-alunos, propiciou, por meio das disciplinas, a preparação para a entrada na universidade, mas também o hábito de refletir sobre as experiências, a descoberta de talentos, a formação de valores que auxiliaram na trajetória acadêmica, profissional e de vida em sociedade.

Porém, do ponto de vista da ordem, o retorno dos jesuítas ao Brasil possibilitou a reorganização das atividades dos religiosos no exílio. A Província portuguesa passou a funcionar, então, na Bahia, em 1911. A partir de 1936, a Missão Portuguesa tornou-se Vice-Província do Brasil Setentrional, dependente de Portugal. Em 1938 houve nova mudança e passou à condição de Vice-Província Independente, identidade mantida até 1º de junho de 1952, quando uma nova organização a desmembrou com o objetivo de criar duas províncias: a Vice-Província da Bahia, também chamada Vice-Província *Bahiensis*, dependente da Província Vêneto-Milanesa, agregada à Assistência da Itália, com sede na Bahia, e a Vice-Província Setentrional, com sede em Recife-Pernambuco.

Dessa forma, teve início a chamada fase italiana do Colégio Antônio Vieira. Os portugueses deixaram a direção da instituição em 1949, com o fim do mandato do Pe. Constantino Cardoso, substituído pelo Pe. Antônio Borges, jesuíta brasileiro, que permaneceria no cargo até 1952, quando assumiu o italiano Pe. César Dainese. A história do colégio, portanto, seguiu os rumos e as transformações da Companhia de Jesus.

Referências Bibliográficas:

ABREU, Luís Machado de; FRANCO, José Eduardo (Coords.) *Ordens e Congregações Religiosas no contexto da I República*. Lisboa: Gradiva, 2010.

ALMEIDA, Stela Borges de. *Negativos em vidro: coleção de imagens do Colégio Antônio Vieira, 1920-1930*. Salvador: EDUFBA, 2002.

AMADO, Jorge. *O menino grapiúna*, 23ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1982.

AZEVEDO, Ferdinand, A volta dos jesuítas portugueses ao Brasil em 1910. In: AZZI, Riolando & BEOZZO, José Oscar. *Os religiosos no Brasil: enfoques históricos*. São Paulo: Paulinas, 1986.

AZEVEDO, Thales de. *A guerra aos párocos: episódios anticlericais na Bahia*. Salvador: EGBA, 1991.

_____. *Um momento da vida intelectual da Bahia (1917-1938): a presença e influência do Pe. Luiz Gonzaga Cabral, S.J.*, Salvador: Universidade Federal da Bahia / Centro de Estudos Baianos, nº 121, 1986.

CUETO, José Manuel Ruiz y Sánchez de. *Raízes de uma Missão: dados para uma história da Província da Bahia da Companhia de Jesus*. Salvador: Província da Bahia da Companhia de Jesus, 2002.

Luiz Fernando Klein, S.J., *Atualidade da pedagogia jesuítica*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

LIMA, Hermes, *Travessia*, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1974.

OLIVEIRA, Waldir Freitas; COUTO, Edilece Souza. *Colégio Antônio Vieira, 1911-2011: vidas e histórias de uma missão jesuíta*. Salvador: EDUFBA, 2011.

OS JESUÍTAS na Bahia, *Diário de Notícias*, Salvador, 11 fev. 1911, p.1.

SILVEIRA, José. *Vela acesa: memória*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.